

## **TERMO DE ALERTA DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

**N.º 063/2006 – DAM – DGF Natal, 11 de setembro de 2006.**

**Processo n.º: 6184/06 - TC.**

**Período de referência: Janeiro a junho de 2006.**

**Interessado: Câmara Municipal de Ipueira.**

**Gestor: Erivaldo da Cunha Macedo CPF: 071.218.304-34**

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, através do Conselheiro Relator do processo em epígrafe, no uso da atribuição que lhe confere o art. 59, § 1º, da Lei Complementar Nacional n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), vem, por intermédio deste instrumento, ALERTAR o Poder público acima identificado, em razão do resultado da análise da documentação constante dos respectivos autos, realizada pelo Corpo Técnico, haver evidenciado a ocorrência da seguinte situação:

I – Descumprimento do limite prudencial da despesa líquida com pessoal

<b>Verificação do Atendimento dos Limites Individuais *</b>			
<b>Poderes</b>	<b>Limite geral</b>	<b>Limite prudencial</b>	<b>Percentual alcançado pelo Poder</b>
Legislativo	6,0%	5,4%	9,11%

*\* Percentuais calculados sobre a Receita Corrente Líquida.*

Pelo presente, registre-se a advertência no sentido de que a não observância aos indicativos referidos neste documento, bem como a ausência da adoção de medidas acautelatórias ou saneadoras visando a adequar a gestão do Poder aos limites impostos pela Lei em referência, poderão dar causa ao cometimento de irregularidades fiscais, situação essa, que sujeitará a respectiva autoridade responsável a sanções, a teor do disposto no art. 73 da LRF, sem prejuízo do que preconizam os artigos 22 e 23 do mesmo Diploma Legal.

**Maria Adélia de Arruda Sales Souza**  
**Conselheira Relatora**